

PRECIFICAÇÃO: PRÁTICAS DE GOVERNANÇA TRAZEM MAIS TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA PARA O MERCADO

Guia e manual contêm orientações de coleta, tratamento e divulgação de preços e índices

Com o objetivo de dar mais transparência ao processo de apuração de preços e taxas de títulos públicos e debêntures, descrevemos práticas e procedimentos adotados para a coleta, o tratamento e a divulgação dos dados que disponibilizamos ao mercado. O resultado está na forma de dois documentos: o Guia para Prestação de Informações e o Manual ANBIMA de Processos para Apuração de Taxas e Preços. Os materiais têm como público-alvo os usuários das informações, especialmente as instituições (bancos, gestoras de recursos, corretoras e distribuidoras) que nos enviam, diariamente, as taxas de compra, venda e indicativas de títulos públicos e debêntures. O guia e o manual explicam em detalhes os tratamentos dados às estatísticas. Todas as informações e dados sobre preços que divulgamos são resultados desse processo de coleta ou são influenciados por ela.

O Guia para Prestação de Informações estabelece parâmetros pelos quais as instituições contribuidoras devem se orientar no momento da precificação dos ativos e envio dos dados. O Manual ANBIMA de Processos para Apuração de Taxas e Preços descreve nossas práticas e procedimentos internos para determinação de taxas e preços.

**GUILHERME
ANDRADE DE SÁ,**

presidente do Comitê
de Precificação de Ativos,
fala que conteúdos dos
documentos já faziam parte
da rotina da precificação



Crédito: Danilo Quadros

"Somos responsáveis, desde 2000, pela compilação e divulgação de taxas e preços de referência de títulos públicos e debêntures e de seus índices. São informações estratégicas que servem como balizadores para o mercado. Dar clareza aos processos sobre como isso é feito e formalizar os parâmetros para as instituições que nos enviam dados reforça o nosso papel de principal provedora de informações sobre os segmentos de mercado que representamos. Afinal, o conhecimento de todas as etapas necessárias para a construção de estatísticas consistentes colabora para a segurança do dia-a-dia dos mercados e, consequentemente, ajuda a fomentar os negócios", explica Márcio Hamilton, vice-presidente.

O trabalho teve como base princípios internacionais que consideram, especialmente, as informações coletadas como insumos para cálculo de benchmarks financeiros. Para isso, levamos a discussão para um grupo de trabalho específico sobre o tema, ligado ao Comitê de Precificação de Ativos. Todos os participantes contribuíram para a redação de um piloto que, na sequência, foi aprimorado no comitê. >>

Para **MÁRCIO HAMILTON,**

nosso vice-presidente, como
provedora de informações,
temos o papel de dar
clareza sobre os
processos internos



Crédito: Danilo Quadros

GUIA E MANUAL REFLETEM A ROTINA DA PRECIFICAÇÃO

Guilherme Andrade de Sá, presidente do Comitê de Precificação de Ativos, conta que grande parte do que está nos documentos já integrava a rotina da precificação. "A intenção é que as instituições contribuidoras tenham todas essas informações de forma clara, até mesmo para repassar para os novos integrantes de suas equipes", disse. Algumas iniciativas adicionais, como formalização de responsáveis pelas informações e recomendações para manualização de processos de formação de preços visam a garantir robustez e estabilidade às taxas reportadas. Além disso, é importante expormos nosso trabalho com os dados coletados e que uso é feito destas informações. "É essencial que as instituições e os envolvidos neste processo saibam a relevância de suas contribuições para que nossa precificação tenha representatividade e qualidade", afirma Sá.

Por conta da necessidade de adequação de alguns processos, os materiais entrarão em vigor em março de 2017.

São boas práticas que sugerimos que as instituições sigam, mas sempre de forma educativa, apenas com a intenção de facilitar todo o processo dos dois lados

— MÁRCIO HAMILTON

O QUE VOCÊ ENCONTRA:

GUIA PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- Regras Gerais
 - Formação das taxas solicitadas;
 - Horários de envio e de referência;
 - Estrutura de controle.
- Formulário para identificação dos profissionais responsáveis pela precificação
- Formulário para identificação de ativos da instituição

MANUAL ANBIMA DE PROCESSOS PARA APURAÇÃO DE TAXAS E PREÇOS

- Objetivo e práticas gerais
- Amostra das instituições contribuidoras
- Padrões de elegibilidade dos ativos
- Cálculo e disseminação das taxas
- Monitoramento e revisão das amostras
- Comunicação com as instituições contribuidoras
- Estrutura de controle



ACESSE OS DOCUMENTOS: <https://goo.gl/ZPxUgs>

Dúvidas podem ser esclarecidas com gepri@anbima.com.br

ASSUNTOS FISCAIS E CONTÁBEIS: ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA TRIBUTAÇÃO

Fiscalizações dos FIPs (Fundos de Investimento em Participação); e-Financeira e Fatca (Ato de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras); repatriação de recursos; ISS (Imposto sobre Serviços) em atividades de administração; gestão dos fundos e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) são alguns assuntos no radar do Comitê de Assuntos Fiscais e Contábeis. Comandado por Renata Robbazi, o grupo discute, acompanha e presta suporte técnico para a Diretoria e para todos os comitês de representação. "As principais alterações fiscais e contábeis envolvendo estes temas passam pela nossa análise", conta Renata. Na entrevista abaixo, ela fala um pouco sobre o trabalho do grupo.

Crédito: Ricardo Rollo



RENATA ROBAZZI, presidente do Comitê de Assuntos Fiscais e Contábeis

CONHEÇA O COMITÊ

Presidente
Renata Robbazi

Vice-presidente
Patrícia Soares Martil

Diretor de ligação
Sérgio Cutolo

COMO FUNCIONA O TRABALHO DO COMITÊ?

Oferecemos suporte técnico à Diretoria e aos demais comitês com relação aos assuntos tributários dos nossos mercados. É nosso objetivo analisar, discutir e endereçar os entendimentos tributários sobre os produtos de investimento. Então trabalhamos, na maior parte do tempo, com uma agenda bem pontual, com base no que acontece na legislação. Paralelamente, estamos sempre debatendo melhorias para que possamos aprimorar nosso ambiente de negócios.

O FATCA É UM TEMA RECORRENTE NA PAUTA DO COMITÊ. COMO ESTÃO AS DISCUSSÕES HOJE?

O Fatca trouxe algumas novidades na nossa regulação e por isso o tema continua na pauta. A principal foi a criação da e-Financeira, uma nova obrigação acessória imposta pela Receita Federal. É por meio dela que as instituições de mercado informam os clientes com posição e movimentação financeira no País. O escopo da e-Financeira é bem grande e bem maior que o Fatca, pois por meio dela são repassadas as informações de todos os clientes e não somente dos residentes nos Estados Unidos, como previa o Fatca. O comitê realizou mais de 40 reuniões com a Receita para esclarecimentos sobre a legislação e sobre o preenchimento das informações, tudo com objetivo de dar segurança jurídica para as instituições nesse novo reporte.

Os envios já começaram a ser feitos, mas continuamos atentos para quaisquer dúvidas e necessidade de esclarecimentos.

QUAIS OS TEMAS QUE ESTÃO EM PAUTA AINDA PARA 2016?

Existem vários. Um deles é sobre os FIPs. Formamos um grupo de trabalho com representantes de diversos comitês para tratarmos da fiscalização e da autuação dos administradores de FIPs. Nos últimos tempos, notamos o aumento do registro de fiscalizações e autuações por parte da Receita Federal nesse produto e isso preocupa a indústria. O fórum tem o objetivo de analisar quais são os problemas recorrentes que levam a esse panorama, quais os cuidados que devem ser tomados para não colocar o mercado em risco, entre outros. É um assunto sobre o qual nos debruçamos no momento e de grande importância para o mercado. Outro tema é a tributação na incorporação de ações para investidores não residentes, tratada na Instrução Normativa 1.664 da Receita Federal. Discutimos esse tema em conjunto com o Comitê de Serviços Qualificados e a nossa intenção é viabilizar a implementação do fluxo operacional necessário para observância da regra prevista nesse normativo. Após discutirmos e concluirmos sobre esse fluxo, devemos solicitar à Receita Federal a sua regulamentação.

TRINTA E UM POR CENTO DOS PROFISSIONAIS NÃO RENOVAM SUAS CERTIFICAÇÕES

De todos os mais de 425 mil profissionais que obtiveram certificações CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 10) e CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20) desde 2002, 31% não atualizaram seus títulos. A renovação deve ser feita a cada cinco anos por aqueles que trabalham em instituições financeiras e a cada três anos para os demais.

Pesquisa que realizamos com esse público aponta o fato de não trabalhar mais no mercado financeiro como principal motivação para o profissional não renovar a certificação. No caso dos que obtiveram a CPA-10, a segunda causa mais recorrente é a perda do prazo de atualização. Essa informação é reforçada quando perguntamos se existe interesse numa nova certificação: 64,8% responderam positivamente.

Para os detentores da CPA-20, a segunda justificativa mais indicada, citada por 21,1% dos respondentes, é a aposentadoria. Também é grande a proporção de profissionais que trabalham em áreas nas quais a certificação não é mais necessária: 20,4%.

Dos profissionais que perderam a CPA-10, 39% conquistaram

uma certificação superior – CPA-20 ou CEA (Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA) – e outros 37% estão inscritos para estes exames. Apenas 24% optam por continuar com a CPA-10.

"Geralmente, quando o profissional opta por se certificar novamente busca uma qualificação superior. Acreditamos que um dos fatores seja o momento da carreira, que é diferente de quando obteve a primeira certificação", explica Ana Leoni, superintendente de Educação. "Mas não dá para desprezar o fato de que 31% deixam a certificação vencer, muitas vezes por um descuido. Sempre reforçamos que manter a certificação em dia é um obstáculo a menos na hora de buscar uma recolocação no mercado, por exemplo", fala Ana.

Na CPA-20, essa busca por uma certificação superior também acontece: dos profissionais que perderam a CPA-20 e querem voltar a serem certificados, 48% almejam a CEA, enquanto 6% já conquistaram esse objetivo. O restante decidiu manter-se com a CPA-20. Destes, 40% foram aprovados novamente e 6% estão em processo de certificação.



Geralmente, quando o profissional opta por se certificar novamente busca uma qualificação superior. Acreditamos que um dos fatores seja o momento da carreira, que é diferente de quando obteve a primeira certificação

– ANA LEONI

RELATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO

Essas e outras informações estão no nosso Relatório Certificações do segundo semestre. A publicação chega à quarta edição, sempre com o intuito de olhar para a nossa base de dados de profissionais certificados em busca de informações que sejam relevantes para eles próprios, para as instituições e para os mercados que representamos.

OUTROS ASSUNTOS QUE ESTÃO NA PUBLICAÇÃO:

- Participação dos profissionais sem vínculo com instituições financeiras nas provas
- Participação de estudantes nos exames



ACESSE: <https://goo.gl/82h6St>

RECEBA GRATUITAMENTE AS PRÓXIMAS EDIÇÕES. CADASTRE-SE: www.anbima.com.br/publicacoes

CONFERÊNCIA DA IIFA COMEMORA ANIVERSÁRIO DE 30 ANOS DA ASSOCIAÇÃO

No mês de outubro, participamos de dois encontros fora do país para debater importantes temas na pauta da indústria de fundos e assuntos relacionados à regulação mundial. Nossa inserção internacional tem como objetivo a troca de experiências e a antecipação do que vem sendo discutido pelo mundo. **CONFIRA ABAIXO MAIS DETALHES DOS ENCONTROS:**



Foto: Tatiana Itikawa

Mais de 70 profissionais de 30 associações ao redor do mundo reuniram-se entre os dias 24 e 26 de outubro na Conferência da IIFA (Associação Internacional de Fundos de Investimento), em Osaka, no Japão. O encontro celebrou o 30º aniversário da entidade e foi uma oportunidade para olhar para a história da associação e para a evolução da indústria de fundos, hoje com US\$ 39 trilhões sob gestão.

Durante a assembleia da entidade, José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral, foi eleito membro da diretoria da IIFA. Ele terá mandato de dois anos, renovável por mais dois. No evento, o executivo participou, ao lado de representantes da Irlanda, dos Estados Unidos e de Taiwan, de mesa-redonda que discutiu tecnologia da informação, cibersegurança e as implicações na indústria de fundos. Ele falou sobre a chegada das fintechs e os efeitos no mercado e apresentou nosso Guia de Cibersegurança, manual com práticas efetivas para a implementação de um programa de segurança cibernética.

Eduardo Penido, representante do Comitê de Fundos de Renda Fixa & Multimercado, integrou painel sobre as perspectivas regionais e globais do segmento de fundos. Ele apresentou as estatísticas da nossa indústria e destacou aspectos regulatórios como, por exemplo, o lançamento da Instrução CVM 555. Ao seu lado estavam representantes da Coreia, África do Sul, Europa e Estados Unidos.

DISCUSSÃO DE PRIORIDADES DA IOSCO PARA 2017 PAUTA REUNIÃO DA ENTIDADE

Nos dias 20 e 21 de outubro, a diretoria da Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários) reuniu-se, pela terceira vez no ano, em Hong Kong. O encontro teve por objetivo avaliar os trabalhos em andamento e discutir temas como fragilidades da indústria de gestão e resolução de infraestruturas, além de prioridades da entidade para o próximo ano.

Nosso superintendente-geral, José Carlos Doherty, participou da reunião como presidente do AMCC (Comitê Consultivo de Membros Afiliados da Iosco) e teve a oportunidade de relatar as iniciativas do comitê e as contribuições recentes do grupo em áreas como tecnologia e gerenciamento de riscos. O presidente da Iosco, Ashley Alder, já havia destacado na última reunião do AMCC, ocorrida ao final de setembro em Chicago, a importância da colaboração do comitê ao trabalho em andamento na Iosco, bem como sua intenção de fortalecer essa participação.

A diretoria da Iosco reúne lideranças de 34 reguladores de mercados de capitais de diferentes países, incluindo o Brasil, e reúne-se periodicamente para deliberar sobre recomendações da entidade e sobre a agenda regulatória internacional.



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Lucas Lucena e Paula Diniz

Edição: Marineide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Av. República do Chile, 230 – 13º andar – CEP 20031-170 – Tel: + 21 3814 3800
São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

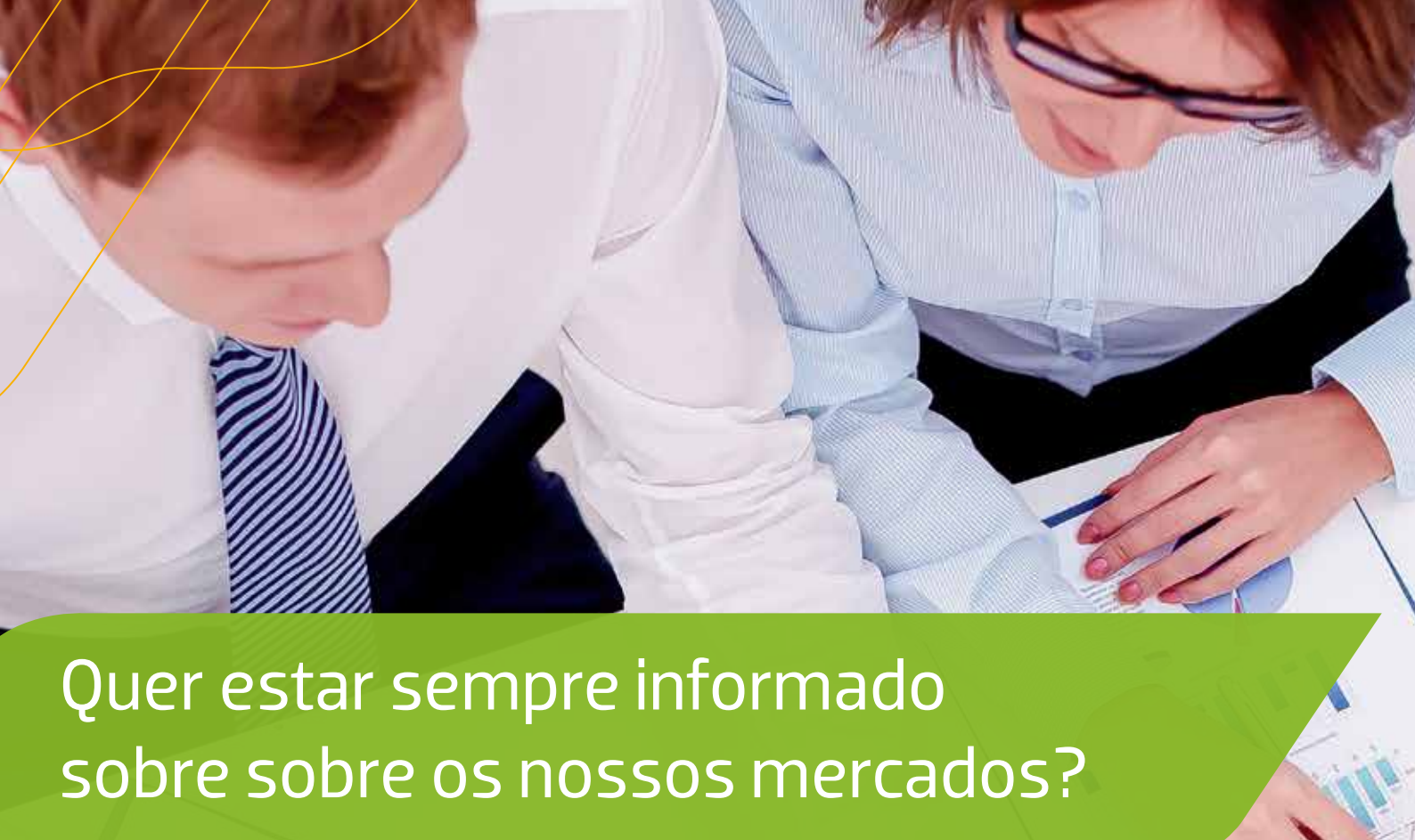
Presidente: Robert van Dijk

Vice-Presidentes: Carlos Ambrósio, Flávio Souza, José Olympio Pereira, Márcio Hamilton, Pedro Lorenzini, Sérgio Cutolo, Valdecyr Gomes e Vinícius Albernaz

Diretores: Alenir Romanello, Celso Scaramuzza, Felipe Campos, Fernando Rabello, José Eduardo Laloni, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Luiz Sorge, Renato Oliva, Richard Ziliotto, Saša Markus e Vital Menezes

Conselho de Ética: Luiz Masagão Ribeiro (presidente) e Lywal Salles Filho (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculan, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino



Quer estar sempre informado
sobre sobre os nossos mercados?

Receba as nossas publicações em seu e-mail!



Cadastre-se! É gratuito:
www.anbima.com.br/publicacoes

